





(In)visibilidade e reconhecimento: discursos sobre a identidade Quilombola no governo Lula 3

(In)visibility and recognition: discourses on Quilombola identity in the Lula administration 3

Eliene Ferreira de Araújo  0009-0005-7194-058X  4332190875731070
Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Sostenes Lima  0000-0002-1814-3996  2034769457931039
Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Resumo: Este artigo analisa discursos publicados em sites de notícia e mídia tradicional (Agência Brasil, Folha de S. Paulo, Ponte Jornalismo e Sumaúma), selecionados com base em critérios de relevância midiática, impacto político e representatividade discursiva. A escolha desses veículos de comunicação se justifica pelo amplo alcance social e pela capacidade de influência nas percepções públicas sobre as identidades quilombolas no contexto do 3.º mandato do governo Lula (2023-2026). Analisamos textos a partir de três dimensões (texto, discurso e prática social), conforme modelo proposto por Fairclough (2001), revelando a tensão discursiva entre narrativas de fora e de dentro sobre a identidade quilombola. A abordagem teórica é embasada especificamente nas categorias analíticas propostas por Ramalho e Resende (2011). Compreendendo que as identidades sociais são construídas nas/pelas práticas discursivas, examinamos como relações de poder determinam desigualdades. A análise demonstra como as identidades quilombolas são projetadas de fora pelos discursos governamentais e como essas comunidades resistem discursivamente, afirmando suas identidades de dentro. A conclusão evidencia que, apesar das narrativas externas frequentemente generalizarem e invisibilizarem essas comunidades, as práticas discursivas internas dos quilombolas atuam como estratégias eficazes de resistência e reconfiguração identitária, desafiando e transformando os discursos hegemônicos.

Palavras-chave: Discurso e identidade. Práticas discursivas. Identidade quilombola. Discursos governamentais.

Abstract: This article analyzes discourses published in news sites and mainstream media (Agência Brasil, Folha de S. Paulo, Ponte Jornalismo, and Sumaúma), selected based on criteria of media relevance, political impact, and discursive representativeness. The choice of these news outlets is justified by their broad social reach and significant capacity to influence public perceptions on Quilombola identities in the context of Lula's third term (2023-2026). Using Fairclough's (2001) three-dimensional model, we analyze selected texts through textual analysis, discursive practices, and social context, revealing a discursive tension between outside and inside narratives about Quilombola identity. The theoretical approach is specifically based on the analytical categories proposed by Ramalho and Resende (2011). Understanding that social identities are constructed in/ by discursive practices, we examine how power relations determine inequalities. The analysis demonstrates how Quilombola identities are projected by governmental discourses and how these communities resist discursively, affirming their identities internally. The conclusion shows that, although external discourses often generalize and make these communities invisible, the internal discursive practices of Quilombola people act as effective strategies of resistance and identity reconfiguration, challenging and transforming hegemonic discourses.

Keywords: Discourse and identity. Discursive practices. Quilombola identity. Governmental discourses.

Considerações iniciais

Neste artigo¹ partimos da compreensão do discurso como prática social, conforme proposto por Fairclough (2001). Entendemos que linguagem não apenas representa o mundo, mas participa ativamente da constituição de seus significados. Utilizamos também metodologia da Análise Crítica do Discurso (ACD), que toma o texto como material empírico central, para revelar o modo como a linguagem participa da produção e da manutenção de desigualdades sociais (Ramalho; Resende, 2011).

Nessa perspectiva, buscamos analisar o modo como as produções discursivas estão encaixadas ativamente na produção de realidades sociais e de desigualdades estruturais. O discurso, visto como uma prática social, simultaneamente produz, reproduz e altera realidades sociais. O sujeito da linguagem (pessoal ou institucional) pode tanto se submeter a influências ideológicas e linguísticas, quanto atuar como agente de transformação das próprias práticas discursivas, questionando e reorganizando as estruturas de dominação e os sistemas ideológicos presentes em seus enunciados. Em alguns momentos, ele adere às formações discursivas e sociais que o atravessam; em outros, pode se posicionar de forma contrária, atribuindo novos sentidos e reconfigurando essas mesmas formações.

Desse modo, o discurso é concebido aqui como uma atividade dialética que molda a sociedade e é moldado por ela. De modo mais detalhado, podemos dizer que o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social, atuando direta ou indiretamente na produção de realidades sociais e na manutenção ou contestação, das desigualdades estruturais; “é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo” (Fairclough, 2001, p. 91).

Com base nesse referencial, neste artigo analisamos os discursos de autoridades governamentais e lideranças quilombolas sobre a identidade e a cultura dos povos quilombolas. As falas desses sujeitos discursivos foram veiculadas em meios de comunicação de alcance nacional. O corpus discursivo é, portanto, constituído pelos seguintes enunciados: (1) fala do presidente Lula durante visita ao Rio Grande do Sul, em maio de 2024, publicada pela *Folha de S. Paulo*, na qual afirma: “Eu não tinha noção que aqui tinha tanta gente negra”; (2) pronunciamento de Lula em Alcântara (MA), em setembro de 2024, divulgado pela *Agência Brasil*, onde declara: “Quero acabar com a invisibilidade do povo negro desse país”;

¹ Este artigo está vinculado ao projeto de pesquisa “*Discursos da direita populista radical no Brasil*”, coordenado por Sostenes Cezar de Lima, e ao projeto de pesquisa integrador (macroprojeto) “Discurso, textualidade e práticas sociais” da Linha de Pesquisa 2 – Linguagem e Práticas Sociais, do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias, da Universidade Estadual de Goiás (PPG-IELT/UEG).

(3) resposta da liderança Geneci Ferreira, do quilombo Flores, durante o Festival FALA!, publicada pela *Ponte Jornalismo*; e (4) vozes de Josilana Santos e Socorro do Burajuba, registradas em artigo publicado pelo portal *Sumaúma*, durante a transição entre os governos Bolsonaro e Lula.

Selecionamos esse material por conta da relevância do debate em torno desse tema, no contexto do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os pronunciamentos do presidente, considerando sua posição de sujeito, tem o potencial incidir sobre a representação midiática e política das identidades quilombolas.

Para melhor organização da análise, classificamos os enunciados em dois campos, considerando a esfera discursiva de produção. Os produzidos pelo presidente e divulgados pela *Folha de S. Paulo* e *Agência Brasil* são classificados como discursos de fora, pois representam vozes institucionais e hegemônicas que atuam na formulação de políticas e na construção simbólica das identidades quilombolas a partir de um olhar externo. Por outro lado, as falas de Geneci Ferreira, Josilana Santos e Socorro do Burajuba constituem discursos de dentro², pois emergem das próprias comunidades quilombolas e expressam posicionamentos que resistem, questionam e ressignificam as representações atribuídas a elas pelos discursos oficiais.

A partir dessa diferenciação, buscamos compreender de que modo as identidades quilombolas são construídas nos discursos institucionais e resistidas ou reconfiguradas nas práticas discursivas das próprias comunidades. A análise é realizada com base no modelo tridimensional proposto por Fairclough (2001) e nas categorias analíticas apresentadas por Ramalho e Resende (2011). Assim, buscamos analisar o material discursivo a partir de três níveis diferentes e complementares: (a) análise textual, enfocando o vocabulário, as escolhas linguísticas e as construções discursivas explícitas; (b) análise da prática discursiva, identificando processos de produção, circulação e consumo midiático; e (c) prática social, destacando relações de poder e representações identitárias associadas ao contexto quilombola.

Discurso e (re)construção das identidades

Essa articulação teórico-metodológica possibilita analisar como as identidades quilombolas são construídas discursivamente em contextos marcados por disputas de sentido, nas quais diferentes vozes disputam a legitimação de representações sociais e posições de

² “De dentro” refere-se às práticas internas das comunidades quilombolas, enquanto “de fora” designa narrativas externas, como as de agentes do Estado e da mídia.

poder. Nessa direção, tomamos o discurso como uma forma de agir no mundo (Fairclough, 2003, 2001; Moita Lopes, 2002). As relações de poder e as identidades sociais são construídas no discurso, e podem ser reconfiguradas quando os agentes discursivos assumem posições de resistência (Fairclough, 2001; Moita Lopes, 2002; Lima; Lima; Coroa, 2016).

Assim, as práticas discursivas não apenas delimitam o quadro de pertencimento e os traços identificatórios de um determinado grupo social, reforçando modos de identificação já cristalizados; mas podem também abrir espaço para renegociações das posições discursivas – reconfigurando as relações de poder – bem como dos modos de identificação – remodelando a maneira como os sujeitos e os grupos são representados discursivamente (Silva, 2000). Em outras palavras, podemos dizer que, se por um lado, as práticas discursivas produzem e reforçam hierarquias, por outro, criam possibilidade de contestação e ressignificação das relações sociais. Nessa perspectiva, nossas identidades sociais são abertas, não fixas, podendo ser construídas e reconstruídas por meio de nossas práticas discursivas (Moita Lopes, 2002).

Ampliando um pouco essa perspectiva, defendemos que as identidades estão ligadas a sistemas de representação (estruturas discursivas e narrativas), tendo estreitas conexões com relações de poder (Silva, 2000). Nesse sentido, a construção das identidades está imbricada em processos de luta, nos quais diferentes forças sociais competem pelo controle das representações. No caso da identidade quilombola, por exemplo, a luta pela visibilidade e pelo reconhecimento se dá justamente nesse campo de disputa, onde discursos de fora e discursos de dentro se enfrentam para determinar o que significa ser quilombola e como essa identidade deve ser reconhecida.

Nesse campo de disputa em que “elites, que controlam o discurso público, podem influenciar fortemente a construção de crenças e valores de uma sociedade” (Oliveira, 2013, p. 290), que ao projetarem de fora o que presumem ser as identidades quilombolas, os discursos públicos podem influenciar diretamente a forma como essas identidades são percebidas ou mesmo reconhecidas socialmente. Oliveira (2013) afirma que a crença na liberdade de expressão vem de mãos dadas com a crença na liberdade do pensamento, o que reforça a necessidade de refletir sobre quem detém o controle do discurso e como certas identidades são projetadas nesses espaços de representação.

Essa questão nos chama a atenção para o papel central das práticas discursivas como um elemento que dialeticamente constrói a realidade social (Fairclough, 2001). Esse processo de construção da realidade social está diretamente ligado às posições que os sujeitos ocupam nas relações sociais. Assim, as identidades sociais são construídas a partir das posições de sujeitos. Nesse sentido, podemos reafirmar que a identidade quilombola, quando construída por sujeitos de dentro (posicionados na comunidade quilombola) assume uma forma; quando construída por sujeitos de fora, assume outra forma. Essas duas posições implicam,

obviamente, disputas. Podemos, a princípio, descrever essa disputa nos seguintes termos: do lado de fora, ocorre com frequência um discurso que constrói a identidade quilombola a partir de certos elementos históricos coloniais, configurando o que chamamos aqui de identidade projetada; do lado de dentro, ocorre com frequência um discurso que contesta elementos históricos coloniais, configurando o que chamamos de identidade afirmada.

A identidade quilombola

Os quilombolas “ou melhor, os remanescentes das comunidades de quilombo” como afirma Andréa Costa Magnavita (2010, p. 216), são comunidades formadas por remanescentes de escravizados que resistiram ao sistema colonial, configurando espaços de liberdade e resistência à opressão. Hoje, os quilombolas se inserem entre a preservação de tradições culturais e a luta por direitos, enfrentando preconceitos e desafios históricos que continuam a marginalizá-los (Magnavita, 2010).

No campo de disputa dos discursos atuais, a identidade quilombola é assumida, do lado de dentro, por meio da reafirmação identitária cultural e territorial, e projetada de fora, por muitas vezes por narrativas hegemônicas que reforçam exclusões.

Os quilombos existentes ainda hoje no Brasil configuram-se como tentativas de não absorção da identidade hegemônica. Assim como no passado colonial, a identidade quilombola se constrói, ainda atualmente, como uma identidade de luta e resistência: antes, contra a captura e a escravização; hoje, contra a invisibilidade e a negação da existência desses sujeitos enquanto quilombolas (Furtado; Pedroza; Alves, 2014, p. 212).

A identidade quilombola se configura como um campo de resistência e luta, onde “resistir, enquanto prática discursiva, é desafiar padrões identitários hegemônicos e criar para os sujeitos novas formas de afirmação da existência” (Lima; Lima; Coroa, 2016, p. 209).

O discurso público, especialmente nos meios midiáticos, ainda evidencia um poder desigual no acesso aos recursos simbólicos necessários à circulação discursiva. Por um lado, o discurso presidencial tem amplo espaço de circulação nas mídias. Esse amplo espaço de circulação se contrasta com os espaços reduzidos ou segmentados dos povos quilombolas.

O contraste evidencia como certos grupos detêm amplo poder sobre os meios de produção e difusão dos discursos públicos. Grupos dominantes frequentemente controlam esses recursos de mediação discursiva para legitimar sua posição de poder (Oliveira, 2013),

estabelecendo narrativas que reforçam representações identitárias irreais ou negativas e perpetuam estruturas de dominação, criando consensos ideológicos que projetam, muitas vezes, uma identidade vista de fora que não condiz com a realidade. Essas práticas discursivas acabam dificultando a efetivação dos direitos quilombolas, que mesmo após conquistas formais garantidas pela Constituição de 1988, ainda enfrentam desafios significativos devido a barreiras como preconceito, burocracia e invisibilidade social (Magnavita, 2010). Tais obstáculos revelam que o reconhecimento institucional, embora importante, não garante por si só a transformação das estruturas discursivas que sustentam a exclusão e a negação dessas identidades no espaço público.

Conforme Furtado, Pedroza e Alves (2014), o imaginário social construído em torno dos quilombolas frequentemente recorre a significados simbólicos associados à escravidão. Nesse processo, a chamada classificação social imaginária, emerge justamente a partir de discursos hegemônicos que, ao controlarem a circulação discursiva pública, passam a ser equivocadamente reconhecidos como verdades sobre essas comunidades. Como destacam as autoras, tais processos de identificação são resultado de construções discursivas e posicionamentos sociais, por isso “devemos pensar que as identificações são construídas pelas relações sociais através da representação, como resultado de identificações e posicionamentos entre os discursos culturais e nossos posicionamentos em relação a tais” (Furtado; Pedroza; Alves, 2014, p. 108). Essa compreensão amplia nossa análise, ao evidenciar que as representações sobre os quilombolas não são neutras ou naturais, mas fruto de disputas ideológicas que refletem interesses, silenciamentos e resistências em constante negociação.

Dois conceitos-chave são fundamentais para a nossa proposta de análise: invisibilidade histórica e racismo ambiental (Rangel, 2016). Esses conceitos são operacionalizados criticamente na análise dos discursos governamentais de circulação midiática, evidenciando como narrativas de fora frequentemente reforçam processos de exclusão, enquanto as comunidades quilombolas, em seus discursos, resistem e questionam essas representações.

O conceito de invisibilidade histórica é definido como um processo sistemático pelo qual grupos sociais, como os quilombolas, têm suas histórias, identidades e demandas omitidas ou sub-representadas nos discursos oficiais e midiáticos, resultando em contínua marginalização e exclusão social (Magnavita, 2010). Operacionalmente, neste estudo, a invisibilidade histórica é identificada pela ausência de referência, superficialidade ou generalidade nas menções às comunidades quilombolas nos discursos do governo Lula, distanciando-se das realidades concretas e das vozes internas dessas comunidades.

O racismo ambiental, conforme definido por Herculano (2006, 2008), é entendido como uma forma específica de injustiça ambiental sistemática que afeta diretamente grupos

racializados, como os quilombolas. Caracteriza-se pelas constantes mudanças que essas comunidades devem enfrentar devido à implantação de projetos econômicos ou desenvolvimentistas, gerando impactos negativos diretamente sobre seus territórios, culturas e identidades (Menna Barreto; Ferraz, 2020). Nesse estudo, operacionalizamos o racismo ambiental (Herculano, 2006, 2008; Rangel, 2016) pela identificação discursiva explícita ou implícita de impactos socioambientais negativos sofridos pelas comunidades quilombolas, examinando como as práticas discursivas governamentais e midiáticas reconhecem, negam ou omitem as responsabilidades políticas relativas a essas injustiças ambientais.

Esses dois conceitos políticos permitem explorar criticamente a dinâmica das relações de poder presentes nas práticas discursivas públicas, esclarecendo as implicações dos discursos governamentais sobre as identidades quilombolas e suas condições reais, especialmente no contexto atual do governo Lula.

Discursos de fora

Nesta seção, nos propomos analisar discursos que tematizam a identidade quilombola enunciados por agentes do Estado. Esses discursos foram classificados, neste estudo, como discursos de fora.

Durante visita ao Rio Grande do Sul em razão das enchentes que atingiram o estado desde 29 de abril de 2024, o presidente Lula afirmou: “Eu não tinha noção que aqui tinha tanta gente negra. E ela [Janja] me falou que são os mais pobres e moram nos lugares mais arriscados para serem vítimas dessas coisas” (Folha de S. Paulo, 15 maio 2024).

A frase “Eu não tinha noção que aqui tinha tanta gente negra” revela não apenas surpresa e desinformação quanto à composição demográfica regional, mas também reflete uma prática discursiva que reforça relações desiguais de poder e conhecimento. Essa afirmação exemplifica o conceito de invisibilidade histórica, uma vez que evidencia como agentes políticos frequentemente desconhecem ou ignoram as realidades específicas das comunidades quilombolas, mantendo representações genéricas e distantes das demandas internas dessas comunidades. Tal prática discursiva reproduz uma lógica histórica de exclusão sistemática, em que determinados grupos sociais permanecem marginalizados nas representações políticas oficiais, reforçando uma relação vertical de poder, em que o Estado, personificado pela figura presidencial, determina quais identidades são visíveis e merecedoras de reconhecimento institucional.

Além disso, ao mencionar que essas pessoas “são os mais pobres e moram nos lugares mais arriscados”, o discurso expõe implicitamente uma situação estrutural crítica,

associada ao racismo ambiental e socioeconômico, sem medidas concretas ou políticas públicas específicas para modificar tal realidade. Esse posicionamento discursivo acaba legitimando o *status quo*, reconhecendo vulnerabilidades estruturais sem medidas de transformação social profunda. As implicações dessa fala são significativas, pois reforçam narrativas paternalistas, nas quais as populações quilombolas e negras são representadas como vítimas passivas, dependentes de intervenção e reconhecimento externo para obter visibilidade ou melhorias sociais.

Nesse contexto, é relevante destacar que o presidente possivelmente também desconhecia que remanescentes quilombolas fazem parte da população negra de Porto Alegre. Ao explicar ao presidente que essas populações “são os mais pobres e moram nos lugares mais arriscados”, Janja introduz implicitamente o conceito de racismo ambiental, definido por Herculano (2006). Trata-se de uma injustiça que afeta diretamente grupos sociais vulnerabilizados. “Negros urbanos, ribeirinhos, extrativistas [...] quilombolas” são frequentemente deslocados em decorrência de “grandes empreendimentos desenvolvimentistas [...], que os expõem de seus territórios, desorganizam culturas, forçando-os a conviver com um cotidiano de envenenamento e manipulação de seus ambientes de vida” (Herculano, 2006, p. 3).

Herculano (2006) ainda observa que a expressão racismo ambiental encontrou algum eco em movimentos quilombolas, mas gerou resistência inicial na academia e no movimento negro urbano, em parte devido à negação da existência de raças, conforme declarada pela ONU após a Segunda Guerra Mundial. Embora biologicamente inexistentes, segundo o autor, a crença em sua existência sustenta o racismo, naturalizando simbolicamente “o fato de determinadas pessoas conviverem com o lixo, se soterrarem nas enxurradas e serem expulsos de seus lugares em nome do desenvolvimento” (Herculano, 2006, p. 3). Dessa forma, o racismo ambiental atua legitimando condições extremas de exclusão social, especialmente para comunidades quilombolas e negras, cuja vulnerabilidade é naturalizada por discursos e práticas sociais dominantes.

Em outra ocasião, 19 de setembro de 2024, durante uma cerimônia em Alcântara (MA), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou publicamente seu compromisso em combater a invisibilidade histórica enfrentada pelo povo negro e pelas comunidades quilombolas no Brasil. Alcântara, reconhecida como o município com maior proporção de população quilombola no país, foi palco da assinatura do Termo de Conciliação, Compromissos e Reconhecimentos Recíprocos. Na ocasião, Lula declarou: “Quero acabar com a invisibilidade do povo pobre, da mulher que é sofrida. Quero acabar com a invisibilidade do povo negro nesse país. Quero acabar com a invisibilidade” (Brasil, 2024).

Esse pronunciamento de Lula acontece em um contexto comemorativo de conquistas históricas das comunidades quilombolas. Ao circular publicamente, alcança um público

amplo e sensível às questões de desigualdade social e racial, gerando impacto afetivo e político. Propicia um diálogo tanto com as comunidades diretamente beneficiadas quanto com a sociedade em geral. A análise do estilo discursivo revela uma linguagem acessível e afetiva, característica de discursos que buscam a adesão popular. O uso de frases curtas e repetitivas cria um ritmo que enfatiza a urgência da questão, enquanto a construção direta do discurso posiciona Lula como agente ativo da transformação social.

A expressão “quero acabar” atribui ao presidente um papel ativo na transformação das condições estruturais, projetando um modelo ideológico que reforça a centralidade do sujeito político, o representante do Estado, como agente transformador. A repetição enfática do verbo “quero” revela um estilo pessoal e direto que enfatiza o comprometimento político do presidente com a transformação social. Esse estilo, que mistura traços informais e institucionais, busca uma aproximação afetiva com os grupos que formam a audiência discursiva. Conforme Ramalho e Resende (2011), o estilo discursivo reflete o posicionamento social do enunciador e a forma como ele mobiliza sua autoridade. Assim, a linguagem utilizada por Lula busca estabelecer identificação com as demandas históricas desses grupos, ao mesmo tempo em que reafirma sua posição como agente político detentor do poder de transformar.

As premissas implícitas nessa declaração sugerem a existência de uma invisibilidade histórica permeando as experiências do povo pobre, das mulheres e do povo negro. Essa invisibilidade é atribuída a condições estruturais de desigualdade e exclusão, configurando um campo discursivo onde identidades periféricas dependem de concessões políticas para ganhar visibilidade. Sob a perspectiva da representação de atores sociais, a fala de Lula ativa atores marginalizados – “povo pobre”, “mulher que é sofrida” e “povo negro” – em oposição à passivação desses grupos pela invisibilidade histórica.

Quanto à temporalidade e espacialidade, a expressão “nesse país” situa o problema no contexto nacional, sem detalhar as dimensões temporais especificadas de exclusão ou os locais específicos mais afetados. Embora essa generalização amplie o alcance simbólico, também limita a eficácia do discurso, ao não abordar diretamente particularidades regionais ou históricas das desigualdades mencionadas.

Por fim, o pressuposto de que a visibilidade dessas identidades seja uma concessão política, em vez de uma conquista autônoma, revela uma narrativa paternalista e tutelar. O discurso presidencial, centralizado na figura de Lula, reforça a ideia de que a transformação depende essencialmente de ações bem-vindas de cima para baixo, obscurecendo as resistências e iniciativas inteligentes já existentes de dentro das próprias comunidades quilombolas, como veremos adiante.

Discursos de dentro

Para além dos discursos externos estudados, as próprias comunidades quilombolas oferecem discursos de dentro, contestando representações hegemônicas e revelando demandas concretas por reconhecimento político-social. Geneci Ferreira, liderança do quilombo Flores, em Porto Alegre, fez uma crítica contundente, durante o Festival FALA! sobre a fala do presidente Lula, em Porto Alegre logo após as enchentes. O presidente, ao comentar sobre a presença negra no Rio Grande do Sul, afirmou: “Eu não tinha noção que aqui tinha tanta gente negra”. Em resposta, Geneci declarou: “Ele não nos enxergou. Ele tinha que estar menos no Planalto e mais nas periferias, nas comunidades. Foram esses lugares que votaram nele” (Ponte Jornalismo, 2024).

Na perspectiva das práticas discursivas e do discurso público, a fala de Geneci Ferreira adquire relevância especialmente por ser reproduzida em um veículo midiático, capaz de ampliar sua circulação, proporcionando maior visibilidade e notoriedade. Contudo, considerando a posição das mídias na hierarquia de poder, nota-se de imediato o fato de que a voz de Lula ganhou circulação numa instituição jornalística poderosa, a *Folha de S. Paulo*, com grande poder difusão. A voz de Geneci circulou numa instituição jornalística menor, de pouco alcance. Aliás, é importante ressaltar que a atuação da instituição *Ponte Jornalismo* já está inserida num quadro de resistência discursiva, se contraponto à prática do jornalismo tradicional. Em sua página, a instituição declara que tem como missão “aumentar o alcance das vozes marginalizadas pelas opressões de classe, raça e gênero, permitindo a aproximação entre diferentes atores das áreas de segurança pública e justiça, colaborando, assim, na sobrevivência da democracia brasileira” (Ponte Jornalismo, 2025).

A frase “Ele não nos enxergou” destaca tanto a responsabilidade dos agentes políticos como atores que perpetuam ou rompem com a invisibilidade histórica, quanto denuncia diretamente a condição enfrentada pelas comunidades quilombolas. O uso do verbo “enxergou” carrega um sentido metafórico que explicita a falta de percepção ou de ação efetiva dos agentes políticos frente às demandas específicas dessas identidades.

Ao afirmar que o presidente “tinha que estar menos no Planalto e mais nas periferias, nas comunidades”, Geneci denuncia explicitamente a desconexão dos agentes políticos com os territórios marginalizados, especialmente os urbanos. Além disso, sinaliza que as políticas públicas só serão efetivas quando forem construídas a partir das perspectivas internas dessas comunidades. Essa exigência por proximidade evidencia que o reconhecimento pleno exige que o Estado exerça as demandas específicas e reais das identidades quilombolas presentes nas periferias urbanas, rompendo assim com o imaginário social, que associa quilombolas apenas aos espaços rurais ou isolados.

Geneci, ao declarar que “foram esses lugares que votaram nele”, reposiciona as comunidades quilombolas como agentes centrais do cenário eleitoral. Ela enfatiza protagonismo político desses grupos, legitima suas lideranças políticas e exige que as políticas públicas sejam envolvidas em conexão direta com suas realidades concretas.

Essa fala se conecta diretamente às vozes quilombolas registradas no portal Sumaúma durante a transição governamental, destacando a urgência de políticas públicas voltadas à realidade complexa dessas comunidades. As falas registradas antes da posse de Lula demonstram que os quilombolas não apenas apoiam sua eleição, mas também esperam reconhecimento por meio de ações políticas que respondam diretamente às suas vivências e demandas. O reposicionamento dessas comunidades como atores políticos fundamentais reforça que seus critérios vão além do nível simbólico, exigindo políticas que enfrentem concretamente a invisibilidade histórica e o diálogo com necessidades específicas de suas identidades e territórios.

No período de transição entre os governos de Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, em novembro de 2022, o portal Sumaúma publicou o artigo “Lula, escute os quilombolas e os ribeirinhos”. O texto trouxe as vozes de lideranças quilombolas e ribeirinhas, compartilhando expectativas e demandas quanto ao novo governo:

Vivemos de ações por dias melhores, e agora devemos ser ações ‘nós por nós’. Com muita urgência, precisamos da retomada da [Fundação] Palmares para as mãos do povo preto. É quem vai pensar e construir uma política afirmativa para este país. (Josilana Santos, quilombola do Amapá, citado em Sumaúma, 2022).

A expressão “nós por nós” sublinha claramente a necessidade do protagonismo político das comunidades quilombolas, reafirmando que as políticas públicas só serão eficazes quando partirem de perspectivas internas e forem articuladas pelas próprias comunidades.

Outra voz relevante reforça essa perspectiva:

Trazemos mais uma pauta: nós, população hídrica contaminada, da comunidade quilombola de Burajuba, queremos que o presidente Lula compre uma terra. O município de Barcarena tem terra, mas tem que ser longe da empresa [da bacia de rejeitos da mineradora Hydro, onde foram encontradas tubulações despejando resíduos da mineração nos rios Murucupi e Pará], onde podemos viver com nossas atividades, para dar continuidade à nossa atividade agrícola. Para que possamos ser a nossa

identidade. de volta (Socorro do Burajuba, liderança do quilombo São Sebastião do Burajuba, Pará, citado em Sumaúma, 2022).

A fala de Socorro do Burajuba expressa um discurso de dentro que constrói representações contra-hegemônicas sobre o território e a existência quilombola. Ao denunciar os efeitos do racismo ambiental e reivindicar um espaço onde sua comunidade possa retomar as práticas agrícolas, ela reposiciona os quilombolas como sujeitos ativos, que nomeiam suas condições e formulam demandas concretas. Com base nas categorias de Ramalho e Resende (2011), essa enunciação mobiliza significados representacionais, ao qualificar a comunidade a partir de experiências vividas e relações com a terra; relacionais, ao dirigir-se ao Estado de forma direta; e identificacionais, ao afirmar o território como condição para a própria identidade coletiva. Nesse gesto, o discurso não apenas resiste, mas produz sentidos que reconfiguram o lugar social e político dos quilombolas.

Considerações finais

Neste artigo, buscamos analisar discursos sobre as identidades quilombolas no contexto do governo Lula, examinando criticamente como essas identidades são construídas por discursos governamentais e midiáticos “de fora” e como são afirmadas e resistidas discursivamente pelas próprias comunidades quilombolas “de dentro”.

As análises realizadas revelaram que os discursos governamentais de circulação midiática frequentemente reproduzem uma visão externa e limitada sobre as comunidades quilombolas, marcadas por generalizações, estereótipos e invisibilizações históricas. Esses discursos, apesar de considerarem superficialmente vulnerabilidades estruturais, ainda não indicam compromisso real com mudanças estruturais profundas que possam atender às necessidades específicas das comunidades quilombolas, especialmente em termos de território e políticas ambientais. Por outro lado, as práticas discursivas internas das comunidades demonstram estratégias significativas de resistência e de afirmação identitária, evidenciando que essas comunidades não são passivas diante das narrativas externas. Ao contrário, operam ativamente para contestar, negociar e redefinir suas identidades e demandas.

Os discursos de dentro têm implicações sociais e políticas importantes, uma vez que indicam claramente a necessidade de políticas públicas mais consistentes, que considerem as vozes internas das comunidades quilombolas. Além disso, reforçam a importância de estratégias discursivas que combatam o racismo ambiental e promovam eficazmente a justiça socioambiental e o reconhecimento identitário. Torna-se evidente que é preciso ir além dos

discursos superficiais e paternalistas para alcançar transformações reais nas condições de vida e reconhecimento pleno das comunidades quilombolas no contexto político atual.

A análise comparada dos dois campos discursivos indica que discursos governamentais, para serem eficazes, precisam envolver diretamente as comunidades quilombolas em seus processos de formulação. Já a mídia pode ampliar seu papel social ao garantir representatividade discursiva real às vozes internas dessas comunidades.

A mídia estatal, como a Agência Brasil, apresenta os discursos governamentais como ações afirmativas, enfatizando o compromisso do governo. Já veículos independentes, como Ponte Jornalismo e Sumaúma, enfatizam as falas das próprias lideranças quilombolas, problematizando o alcance das medidas anunciadas. Esse contraste revela como diferentes agentes discursivos disputam a narrativa sobre os direitos quilombolas. Sugere-se que futuras pesquisas explorem a interseção entre discurso quilombola e participação política formal, analisando como as comunidades podem ampliar sua presença nas disputas narrativas midiáticas e institucionais.

Por fim, este estudo abre espaço para futuras pesquisas que poderiam revelar a análise comparativa entre diferentes governos ou períodos históricos, além de examinar mais profundamente as práticas discursivas internas específicas de diferentes comunidades quilombolas, ampliando assim o entendimento crítico sobre as relações de poder e resistência discursiva no cenário político brasileiro contemporâneo.

Referências

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Trad. Izabel Magalhães. Brasília, DF: Editora UnB, 2001.

FURTADO, Marcela Brasil; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; ALVES, Cândida Beatriz. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. *Psicologia & Sociedade*, v. 1, p. 106-115, 2014. DOI: 10.1590/S0102-71822014000100012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100012>. Acesso em: 26 out. 2024.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v. 3, n. 1, p. 1-16, jan./ abril 2008. Disponível: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>. Acesso em: 26 out. 2024.

HERCULANO, Selene. Racismo ambiental, o que é isso. In: HERCULANO, Selene; PACHECO, Tania. (org.). Racismo Ambiental – I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental. Rio de Janeiro: Fase, 2006. 331p. Disponível em: https://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/Racismo_3_ambiental.pdf. Acesso em: 26 out. 2024.

LIMA, Sostenes Cezar de; LIMA, Priscila Melo Ribeiro de; COROA, Maria Luiza Monteiro Sales. Identidade de velhos: modos de identificação e discursos de resistência na velhice. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 3, p. 903-926, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/DL23-v10n3a2016-3>. Acesso em: 26 out. 2024.

MAGNAVITA, Andréa Costa. Invisibilidade pública: a história quilombola. *Padê: Estudos em Filosofia, Raça, Gênero e Direitos Humanos*, Brasília, v. 1, p. 18-28, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/pade/article/view/23904>. Acesso em: 26 out. 2024.

MENNA BARRETO, Ricardo de Macedo; FERRAZ, Helena Mascarenhas. Comunidades quilombolas, racismo e ideologia no discurso de Jair Bolsonaro: estudo crítico dos discursos políticos e judiciais. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 2319-2354, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/53974>. Acesso em: 26 out. 2024.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Discurso de identidade em sala de aula de leitura: a construção da diferença. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002. p. 29-56.

OLIVEIRA, Luciano A.; CARVALHO, Marco Antonio B. Fairclough. In: OLIVEIRA, Luciano A. *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013. p. 281-310.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. Análise textual aplicada: categorias analíticas e exemplos de análise. In: RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo (org.). *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas, SP: Pontes, 2011. p. 111-156.

RANGEL, Tauã Lima Verdan. Racismo ambiental em comunidades quilombolas. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, Bauru, v. 2, p. 129-141, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: uma perspectiva dos estudos culturais*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 73-102.

Corpus discursivo

AGÊNCIA BRASIL. *Igualdade racial: Lula ações e cinco quilombos são titulados*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-11/igualdade-racial-lula-lanca-acoes-e-cinco-quilombos-sao-titulados>. Acesso em: 26 out. 2024.

BRASIL. Presidência da República. “*Quero acabar com a invisibilidade do povo negro desse país*”, diz Lula durante entrega de 120 mil hectares a quilombolas de nove estados. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/09/201cquero-acabar-com-a-invisibilidade-do-povo-negro-desse-pais201d-diz-lula-durante-entrega-de-120-mil-hectares-a-quilombolas-de-nove-estados>. Acesso em: 26 out. 2024.

PONTE JORNALISMO. “*Ele não nos enxergou*”, diz liderança quilombola do RS sobre fala de Lula sobre negros. Disponível em: <https://ponte.org/ele-nao-nos-enxergou-diz-lideranca-quilombola-do-rs-sobre-fala-de-lula-sobre-negros/>. Acesso em: 3 nov. 2024.

PONTE JORNALISMO. *Quem a gente é*. Disponível em: <https://ponte.org/sobre/>. Acesso em: 4 jul. 2025.

SUMAÚMA. *Lula, escute os quilombolas e ribeirinhos*. Disponível em: <https://sumauma.com/escute-quilombolas-ribeirinhos-lula/>. Acesso em: 26 out. 2024.

FOLHA DE S. PAULO. *Em ato no RS, Lula diz que não sabia que estado tinha tantos negros; veja vídeo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/brasilia-hoje/2024/05/em-ato-no-rs-lula-diz-que-nao-sabia-que-estado-tinha-tantos-negros-veja-video.shtml>. Acesso em: 2 jul. 2025.

ELIENE FERREIRA DE ARAÚJO

Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT) pela Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/4332190875731070>

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0005-7194-058X>

E-mail: professora.eliene.ar@gmail.com

SOSTENES LIMA

Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília. Docente no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-ILET) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Desenvolve pesquisas na área de Estudos Críticos do Discurso.

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/2034769457931039>

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-1814-3996>

E-mail: sostenes.lima@ueg.br